



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680972 - SP (2021/0223822-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALEXANDRE ORSI NETTO - SP227119
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURICIO ALVES CARDOSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAURICIO ALVES CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 0007128-79.2021.8.26.0602).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 92 anos, 10 meses e 4 dias de reclusão. O juiz da execução penal deferiu a progressão ao regime semiaberto, e fixou o dia 14/12/2020 como data-base para a progressão ao regime aberto, data em que foi preenchido o último requisito (subjetivo) para a benesse.

Sustenta o impetrante que a data-base para a progressão ao regime mais brando deve ser aquela em que foi preenchido o requisito objetivo.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja determinada a retificação do cálculo de pena, considerando-se a data do implemento do requisito objetivo como termo inicial para a contagem da progressão ao regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Verifica-se, em juízo sumário, que a decisão do Tribunal de origem se coaduna com a jurisprudência desta Corte:

"1. O Supremo Tribunal Federal, no HC n. 115.254/SP, passou a adotar o posicionamento de que, por ter a decisão que concede a progressão de regime natureza meramente declaratória, o marco inicial para a concessão do benefício é a data do preenchimento dos requisitos

estabelecidos no art. 112 da Lei de Execução Penal. 2. No caso em análise, embora preenchido anteriormente o requisito objetivo pelo paciente, o lapso inicial a ser considerado para fins de promoção carcerária é o momento em que foi implementado o último requisito legal, o qual, segundo a Corte estadual, foi atestado por meio de 'Informações Psicológicas e Relatório Social, elaborados em 31 de julho de 2019 e assinados por psicólogo e assistente social respectivamente, atestando o mérito do paciente para a obtenção da almejada progressão de regime', ocasião em que entendeu estar preenchido o requisito subjetivo. [...]" (AgRg no HC 540.250/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/03/2020, DJe 16/03/2020; sem grifos no original.)

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente